



Contratação de serviços necessários à realização de estudos para a outorga de concessão dos serviços públicos de transporte ferroviário de passageiros na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS, operado pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - TRENURB, e nas Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte/MG, Maceió/AL, Recife/PE, João Pessoa/PB e Natal/RN, operados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU.

**- Estudo de Outorga de Concessão do Transporte Ferroviário -
Recife/PE**

ANEXO 1H – TRANSIÇÃO

Revisão Ø

São Paulo, 26 de setembro de 2025

Consórcio:

TYLin

SYSTRA



SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES GERAIS	4
1.1	Período Pré-Operacional	4
1.1.1	Plano de Transição	6
1.1.2	Plano de desocupação.....	6
1.2	Período de Operação Assistida	7
2	DISCIPLINA DO COMITÊ DE CONVIVÊNCIA	8
3	INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS PRÉ-OPERACIONAIS	9
4	TRANSIÇÃO DE MANUTENÇÃO.....	9
5	DISCIPLINA DE TREINAMENTO	10
6	SUB-ROGAÇÃO EM CONTRATOS ESSENCIAIS.....	13
7	DISCIPLINA DA MÃO DE OBRA DA CBTU NO PERÍODO DE OPERAÇÃO ASSISTIDA	14
8	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PRÓPRIO DA CONCESSIONÁRIA.....	15

LISTA DE TABELAS

Tabela 5-1 – Treinamento Técnico.....	11
Tabela 7-1 – Alocação mínima de funcionários	14

1 DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente Anexo visa: (i) estabelecer o processo e as responsabilidades para a transferência à Concessionária da competência integral pela prestação dos Serviços, observadas as regras de convivência entre Concessionária e a CBTU, conforme item 2 deste Anexo, e a continuidade dos Serviços; e (ii) estabelecer o detalhamento do processo de transferência da prestação dos Serviços à Concessionária, o qual ocorrerá durante o período de até 12 (doze) meses contados a partir da emissão da Ordem de Início, período correspondente ao Período Pré-Operacional e ao Período de Operação Assistida, observados os termos do Contrato.

A Concessionária deverá atender às exigências relativas a cada uma das fases da Concessão dispostas neste Anexo para cumprimento e avanço das fases e etapas previstas no Contrato.

1.1 PERÍODO PRÉ-OPERACIONAL

O Período Pré-operacional se inicia com a emissão da Ordem de Início pelo Poder Concedente, nos termos do Contrato, e tem como objetivo viabilizar o acesso da Concessionária às instalações e equipamentos da Rede Metroferroviária, bem como a realização dos Investimentos Obrigatórios que não afetem a operação normal realizada pela CBTU, nos termos do item 3 deste Anexo e do Anexo 1G – Eventograma.

O Período Pré-Operacional terá duração de 6 (seis) meses, contado do dia seguinte à emissão da Ordem de Início, podendo ter seu prazo reduzido ou aumentado mediante comunicação prévia à CBTU, desde que autorizado pelo Poder Concedente e pela Agência.

A CBTU deverá desempenhar as seguintes atividades ao longo do Período Pré-Operacional:

- (i) Realizar a operação, manutenção e conservação da Rede Metroferroviária e da prestação do Serviço de Transporte Metroferroviário, assumindo isoladamente todos os custos, despesas e riscos inerentes a essas responsabilidades;
- (ii) Garantir o livre acesso ao pessoal autorizado da Concessionária às instalações da Rede Metroferroviária, fornecendo espaço adequado para a realização das atividades a serem desempenhadas por ela ao longo do Período Pré-Operacional, inclusive no CCO;
- (iii) Fornecer informações precisas e fidedignas para a Concessionária, assegurando a simetria de informações para executar todas as atividades a ela atribuídas para a transferência do Serviço de Transporte Metroferroviário;
- (iv) Acompanhar a elaboração do Plano de Transição pela Concessionária, indicando possíveis pontos de melhoria, ou a não objeção;
- (v) Promover todos os treinamentos de sua responsabilidade, conforme indicados no item 5 deste Anexo;

A Concessionária deverá desempenhar as seguintes atividades ao longo do Período Pré-Operacional:

- (i) Elaborar o Plano de Transição, conforme condições mínimas indicadas neste Anexo;
- (ii) Elaborar o Plano de Operação, nos termos indicados no Contrato e no Anexo 2A– Diretrizes para Elaboração do Plano de Operação;
- (iii) Realizar os Investimentos Obrigatórios que não resultarem em impactos na regular prestação dos Serviços de Transporte Metroferroviário pela CBTU, nos termos do item 3 deste Anexo e do Anexo 1-G – Eventograma;
- (iv) Acompanhar a operação da Rede Metroferroviária e a prestação dos Serviços de Transporte Metroferroviário pela CBTU, instalando-se em local específico designado

- pela CBTU no CCO, e estando presente nos pátios e complexos de manutenção para acompanhar revisões e manutenções de material rodante e da Rede Metroferroviária;
- (v) Solicitar esclarecimentos e informações à CBTU, conforme necessário à sua capacitação e para a elaboração do Plano de Transição;
 - (vi) Contratação de todos os Seguros obrigatórios, conforme previstos na Cláusula 34 do Contrato;
 - (vii) Definição de estratégia para sub-rogação e gestão dos contratos para prestação de serviços essenciais, conforme indicado no item 6 deste Anexo.
 - (viii) Sub-rogação da Concessionária na posição contratual da CBTU no Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, com interveniência e anuência do Poder Concedente;
 - (ix) Estabelecer as estratégias de recrutamento de pessoal para atendimento aos Parâmetros de Desempenho, comunicando à Agência e à CBTU das diretrizes e do início de processos de recrutamento, nos termos do item 8 deste Anexo;
 - (x) Obter todas as autorizações, permissões e licenças, inclusive ambientais, necessárias para a prestação do Serviço de Transporte Metroferroviário;
 - (xi) Avaliar os Bens Reversíveis afetados à prestação dos Serviços de Transporte Metroferroviário, conforme indicados no Anexo 1-B (Inventário) e solicitar eventuais ajustes à Agência, nos termos do Contrato.
 - (xii) Celebrar Termo de Aceitação Definitiva com a Agência, após eventuais retificações ao Anexo 1-B (Inventário), nos termos do Contrato;
 - (xiii) Realizar treinamentos necessários para a operação e manutenção dos Serviços de Transporte Metroferroviário, nos termos previstos neste Anexo;

O encerramento do Período Pré-Operacional se dará com a emissão da Ordem de Assunção pela Agência, nos termos do Contrato, desde que comprovada a realização dos seguintes marcos contratuais:

- i. A aprovação do Plano de Transição pela Agência;
- ii. A conclusão pela Concessionária das atividades preparatórias para a assunção da Rede Metroferroviária, conforme previstas no Plano de Transição aprovado;
- iii. A celebração do Termo de Aceitação Definitiva pela Concessionária e pela Agência;
- iv. A contratação de todos os Seguros obrigatórios previstos na Cláusula 34 pela Concessionária;
- v. A sub-rogação da Concessionária na posição contratual da CBTU no Convênio de Cooperação Técnica e Financeira, com interveniência e anuência do Poder Concedente; e
- vi. A obtenção pela Concessionária de todas as autorizações, permissões e licenças, inclusive ambientais, necessárias para a prestação do Serviço de Transporte Metroferroviário.

Eventuais atrasos para o encerramento do Período Pré-operacional poderão ensejar reequilíbrio econômico-financeiro nos termos do Contrato. Caso os motivos do atraso sejam imputáveis à Concessionária, poderão ser aplicadas as penalidades cabíveis nos termos da Cláusula 18 do Contrato.

1.1.1 Plano de Transição

O Plano de Transição deverá ser elaborado e apresentado à Agência no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contados da Ordem de Início, prorrogável por 15 (quinze) dias adicionais, mediante prévia justificativa da Concessionária. A elaboração do Plano de Transição pela Concessionária será acompanhada pelo Poder Concedente, pela Agência e pela CBTU, podendo a Agência solicitar esclarecimentos e modificações no seu conteúdo de forma fundamentada, caso entenda haver desconformidades com os Parâmetros de Desempenho contidos no Anexo 2B – Parâmetros de Desempenho, com as Diretrizes para Transporte Coletivo de Passageiros, ou com quaisquer leis e atos regulamentares vigentes.

O Plano de Transição terá por finalidade proporcionar a transferência à Concessionária da competência integral para a prestação dos Serviços de Transporte Metroferroviários, devendo conter, no mínimo:

- i. O plano de comunicação a todos os interessados acerca de eventuais problemas decorrentes da transferência da prestação dos Serviços à Concessionária a partir da Ordem de Assunção;
- ii. Planejamento da comunicação ao público;
- iii. Descrição da estrutura organizacional da Concessionária, áreas de responsabilidade e de tomada de decisão em cada segmento funcional durante o Período de Operação Assistida, bem como o modelo de governança adotado;
- iv. Alocação dos responsáveis pela comunicação com a CBTU ao longo do Período de Operação Assistida;
- v. Ações voltadas à garantia de condições de segurança operacional, falhas emergenciais e de segurança civil contra atos de interferência ilícita; e
- vi. Plano de desocupação das áreas da Rede Metroferroviária ocupadas por terceiros, regular ou irregularmente, conforme regramento e alocação de riscos prevista no Contrato de Concessão.

A Agência, ouvida a CBTU, irá avaliar o Plano de Transição em até 15 (dias) da sua apresentação pela Concessionária e decidirá pela sua aprovação ou retificação, de forma fundamentada. No caso de ajustes solicitados pela Agência, a Concessionária terá o prazo de 15 (quinze) dias para a sua implementação e nova submissão à Agência, prorrogáveis por mais 15 (quinze) dias, devendo a Agência apresentar sua avaliação nesse mesmo período.

A aprovação do Plano de Transição deverá ocorrer até o final do 4º (quarto) mês contado da Ordem de Início, podendo a Concessionária executar suas atividades a partir do 5º (quinto) mês contado da Ordem de Início, desde que não dependam da Assunção da Rede Metroferroviária pela Concessionária e que sejam preparatórias para essa assunção.

A aprovação da Agência não enseja qualquer responsabilidade a esta, nem altera a alocação de riscos estabelecida originalmente no Contrato.

1.1.2 Plano de desocupação

O plano de desocupação, anexo ao Plano de Transição, deverá contemplar a compensação ou indenização dos impactos sociais e econômicos da população afetada pelo desimpedimento e liberação da faixa de domínio de modo a viabilizar a adequada prestação dos Serviços, a segurança viária e a realização dos Investimentos para atendimento aos Parâmetros de Desempenho, em especial as ocupações realizadas sobre a faixa de domínio da Rede Metroferroviária nos termos do Contrato de Concessão e do Anexo 1D (Diretrizes de Investimento em Via Permanente e Sistemas de Energia), devendo para tanto desenvolver

negociações com os ocupantes e arcar com todos os custos de indenizações, demolições e eventuais judicializações para a liberação das áreas ocupadas.

O conteúdo do plano de desocupação compreenderá o cadastro de famílias e o número de pessoas a serem removidas, a localização exata das moradias e construções a serem demolidas, as indenizações negociadas, os custos com demolição estimados e a sugestão de providências a serem adotadas para a maior redução possível dos respectivos impactos sociais e os eventuais casos em que a Concessionária não tiver obtido êxito na negociação direta com os ocupantes e pretender ingressar com medida judicial.

O plano de desocupação deverá assegurar que todas as pessoas afetadas, sejam proprietários, possuidores e/ou ocupantes de terras, inquilinos, co-proprietários/posseiros de terras comunais, receberão uma compensação ou indenização completa e justa, consoante a legislação aplicável e normas regulamentares da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), assegurando que, em todos os casos, as pessoas sejam tratadas de forma equitativa.

Deverá ser considerada como data de corte do plano de desocupação a data da emissão da Ordem de Início, que congelará o universo de pessoas, negócios e/ou benfeitorias que poderão ser beneficiadas pelo plano, de forma a evitar ocupações oportunistas após a divulgação do início da Concessão.

O plano de desocupação incluirá ações de comunicação e engajamento com todas as pessoas afetadas, incluindo instrumentos de queixa e reclamação.

As pessoas vulneráveis (deficientes físicos, idosos, outros) serão identificadas e serão elegíveis para medidas de assistência especial.

O plano de desocupação deverá prever um acompanhamento adequado e relatórios de monitoramento como parte de sua implementação. Deverão ser estabelecidas necessidades específicas de relatórios, conteúdo dos relatórios, periodicidade e responsabilidades.

1.2 PERÍODO DE OPERAÇÃO ASSISTIDA

O Período de Operação Assistida se inicia com a emissão da Ordem de Assunção pela Agência após implementadas as condições para a conclusão do Período Pré-Operacional, tendo como objetivo garantir a capacitação da Concessionária para a plena operação da Rede Metroferroviária sem qualquer assistência ou supervisão e manutenção das condições de segurança operacional, bem como aferir os conhecimentos acumulados pelos quadros da Concessionária.

O Período de Operação Assistida terá duração de 6 (seis) meses a partir da emissão da Ordem de Assunção pela Agência, concluindo-se somente quando implementadas as condições estabelecidas na Cláusula 3.32 do Contrato. Eventuais atrasos por parte do Poder Concedente e/ou da Agência serão acrescidos ao prazo previsto na Cláusula 3.27 do Contrato.

A Concessionária deverá desempenhar as seguintes atividades ao longo do Período de Operação Assistida:

- (i) Prestar os Serviços de Transporte Metroferroviário de forma integral, com quadro de profissionais devidamente qualificado e com quantidade suficiente, mediante assistência e acompanhamento da CBTU;
- (ii) Assumir todos os cursos e despesas operacionais necessários para atendimento aos Parâmetros de Desempenho;
- (iii) Realizar as revisões e manutenções que julgar adequadas no material rodante, visando o cumprimento dos Parâmetros de Desempenho;

- (iv) Executar as atividades aprovadas do Plano de Transição, incluindo a realização dos treinamentos aplicáveis, conforme indicados no item 5 deste Anexo;
- (v) Mitigar eventuais efeitos negativos decorrentes da transferência operacional da Rede Metroferroviária;
- (vi) Apresentar e obter aprovação do Plano de Operação, conforme Cláusula 8 e Anexo 2A – Diretrizes para Elaboração do Plano de Operação ao Contrato; e
- (vii) Garantir o livre acesso dos quadros da CBTU às instalações da Rede Metroferroviária, fornecendo espaço adequado para o acompanhamento e supervisão da prestação dos Serviços de Transporte Metroferroviário, inclusive no CCO.

A CBTU deverá desempenhar as seguintes atividades ao longo do Período de Operação Assistida:

- (i) Acompanhar, supervisionar e dar assistência à prestação dos Serviços de Transporte Metroferroviário pela Concessionária, assumindo todos os custos e despesas relativos ao processo de acompanhamento;
- (ii) Mitigar eventuais efeitos negativos decorrentes da transferência operacional da Rede Metroferroviária, em colaboração com a Concessionária; e
- (iii) Compartilhar com a Concessionária todos os softwares disponíveis para a prestação dos Serviços de Transporte Metroferroviário.

A Agência realizará visitas à Rede Metroferroviária e às instalações relacionadas à sua gestão e operação para a verificação da regular execução do Plano de Transição, podendo indicar exigências a serem cumpridas e o respectivo prazo para cumprimento no caso de verificadas desconformidades, sem prejuízo da aplicação de penalidades nos termos da Cláusula 18.

No caso de as visitas indicarem a devida e integral execução do Plano de Transição, a Agência expedirá, com anuência do Poder Concedente, ato administrativo próprio, atestando a aptidão da Concessionária para prosseguir com a prestação integral dos Serviços sem a assistência da CBTU.

O Período de Operação Assistida será considerado concluído nos termos da Cláusula 3.32 do Contrato.

2 DISCIPLINA DO COMITÊ DE CONVIVÊNCIA

Para assegurar a regular prestação dos Serviços de Transporte Metroferroviário e a segurança operacional da Rede Metroferroviária, deverá ser constituído o Comitê de Convivência a partir da emissão da Ordem de Início pelo Poder Concedente, que vigorará até o término do Período de Operação Assistida, nos termos do Contrato e do presente Anexo.

O Comitê de Convivência será composto por até 6 (seis) representantes, sendo 2 (dois) designados pela Agência, 2 (dois) designados pela CBTU e 2 (dois) designados pela Concessionária. A composição do Comitê de Convivência poderá ser posteriormente alterada pelo Poder Concedente ou pela Agência de forma fundamentada, sempre respeitada a paridade entre os representantes da Agência, da CBTU e da Concessionária. Será admitido que a Agência, a CBTU e a Concessionária promovam a substituição dos integrantes por elas designados, desde que previamente comunicado às demais partes.

Compete ao Comitê de Convivência:

- (i) Apoiar a Concessionária na elaboração e aprovação do Plano de Transição e do Plano de Operação;

- (ii) Apoiar as partes no processo de avaliação e revisão do inventário de bens indicado no Anexo 1-B (Inventário), até a emissão do Termo de Aceitação Definitiva;
- (iii) Solucionar eventuais divergências entre as partes com relação ao cumprimento das condicionantes para a conclusão do Período Pré-Operacional e do Período de Operação Assistida; e
- (iv) O estabelecimento de regras de convivência, observadas as diretrizes deste Anexo.

As deliberações do Comitê de Convivência serão vinculantes e deverão contar com o apoio da unanimidade dos membros dele integrantes. Caso as partes não consigam chegar a um acordo em comum, caberá à Agência tomar a decisão final sobre o tema em discussão, observado eventual reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato na hipótese em que essa decisão materializar risco atribuído contratualmente ao Poder Concedente.

O Comitê de Convivência deverá deliberar e aprovar as regras de convivência a serem observadas entre a Concessionária e a CBTU para a transferência dos Serviços de Transporte Metroferroviário, caso necessidades específicas sejam levantadas por qualquer uma das partes. Nesse caso, as regras de convivência deverão contemplar as responsabilidades a serem observadas entre a Concessionária, a Agência e a CBTU para a transferência dos Serviços e durante o Período de Operação Assistida.

3 INVESTIMENTOS OBRIGATÓRIOS PRÉ-OPERACIONAIS

Consideram-se Investimentos Pré-Operacionais aqueles que serão realizados pela Concessionária nos primeiros 6 (seis) meses da Concessão, ou seja, durante o Período Pré-Operacional, conforme especificados no Anexo 1-G - Eventograma.

Outros Investimentos Obrigatórios também serão passíveis de antecipação pela Concessionária no Período de Operação Assistida, desde que tais ações não prejudiquem a regular operação do sistema pela CBTU e que a referida antecipação seja previamente aprovada pela CBTU e pelo Poder Concedente.

Em nenhuma hipótese a realização de Investimentos Pré-Operacionais ou a realização de outros Investimentos Obrigatórios de forma antecipada pela Concessionária ensejará o reequilíbrio econômico-financeiro entre as partes, sujeitando-se ao regramento ordinário do Contrato de Concessão, observado o direito à percepção do correspondente Aporte Público, conforme a sistemática prevista no Contrato.

4 TRANSIÇÃO DE MANUTENÇÃO

A partir da Ordem de Início, a Agência e a CBTU darão acesso à Concessionária aos Bens Reversíveis e demais ativos constantes do Anexo 1B – Inventário, incluindo, mas sem limitação, estações, terminais, material rodante, todas as instalações físicas, equipamentos, sistemas, pátios, subestações, via permanente, sinalização, sobressalentes, equipamentos de manutenção, ferramentas especiais, softwares específicos, documentação de projeto e manutenção. A Concessionária receberá os bens inventariados no estado em que se encontram, nos termos do Anexo 1-B – Inventário, devendo promover a avaliação e reconhecimento dos Bens Reversíveis, sobressalentes, sistemas e demais itens indicados no Anexo 1B – Inventário, de forma a verificar e atualizar com exatidão as descrições, estado de conservação e demais características técnicas pertinentes, o que constitui condição para a celebração Termo de Aceitação Definitiva entre a Concessionária e a Agência.

Em todo caso, atribui-se à Concessionária, nos termos do Contrato, a responsabilidade por conduzir os seus próprios estudos e levantamentos sobre as características dos Bens da Concessão por assegurar a posse, guarda, manutenção e vigilância dos Bens da Concessão, de modo que eventuais imprecisões ou desconformidades contidas no Anexo 1-B – Inventário em relação às características identificadas pela Concessionária não ensejam reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato.

5 DISCIPLINA DE TREINAMENTO

A partir do início do Período Pré-Operacional, com a emissão da Ordem de Início pelo Poder Concedente, até o fim do Período de Operação Assistida, a Concessionária deverá receber e realizar os treinamentos indicados neste Anexo, sem prejuízo da contratação de treinamentos adicionais que julgar necessário, conforme negociado livremente com a CBTU, nos termos da Cláusula 3.16 do Contrato.

Para o treinamento da Concessionária, a CBTU deverá destacar funcionários diretamente envolvidos na operação e manutenção dos Serviços em qualificação e quantidade compatíveis com as atividades exercidas em cada sistema envolvido na prestação dos Serviços.

Para o recebimento dos treinamentos da CBTU por parte da Concessionária, em até 30 (trinta) dias contados da emissão da Ordem de Início pelo Poder Concedente, essa deverá indicar quadro de empregados em número e qualificação compatíveis com as habilidades a serem adquiridas, que serão responsáveis pelo recebimento dos conhecimentos técnicos acerca da operação e manutenção dos Serviços e posterior transmissão aos empregados e prepostos da Concessionária.

A qualificação do quadro de empregados destacado pela Concessionária para os treinamentos poderá ser questionada pela Agência, que poderá solicitar a substituição dos expoentes indicados pela Concessionária, de forma fundamentada, e estabelecendo as exigências cabíveis.

Respeitados os prazos definidos neste Anexo, as partes poderão, de comum acordo, definir cronogramas para a execução dos treinamentos ora indicados.

Os treinamentos a serem recebidos e realizados pela Concessionária envolvem, no mínimo, as atividades abaixo relacionadas:

- a. Treinamento Técnico-operacional, com prazo máximo de 120 (cento e vinte dias), que envolve a transferência de conhecimentos relativos à operação dos sistemas envolvidos na prestação dos Serviços à Concessionária, contemplando (i) a entrega dos manuais de operação disponíveis recebidos dos fabricantes, e, na ausência de tais documentos técnicos, o fornecimento do máximo de informações disponíveis à Concessionária; e (ii) a transferência do conhecimento operacional por meio de reuniões técnicas com o quadro de empregados e prepostos indicado pela Concessionária, envolvendo as áreas funcionais de telecomunicações, eletrônica (sistemas de controle, sinalização, controle de trens, bloqueios etc.), elétrica (sistema de alimentação elétrica), eletromecânicos (escadas rolantes, elevadores etc.), mecânica (trens etc.) e mecatrônica (automação);
- b. Treinamento Técnico de Manutenção, com prazo máximo de 120 (cento e vinte dias e desenvolvido de forma concomitante ao treinamento Técnico-operacional, envolve a transferência de conhecimentos relativos à manutenção do material rodante, da via permanente e dos demais sistemas submetidos à manutenção frequente no âmbito da prestação dos Serviços;

- c. Treinamento em Campo, com prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, etapa que se desenvolverá após a conclusão dos treinamentos técnicos acima indicados e visa exercitar todas as habilidades necessárias para a prestação dos Serviços pela Concessionária. Envolverá a transmissão dos conhecimentos adquiridos pelos quadros indicados pela Concessionária na etapa de treinamento técnico aos demais empregados da Concessionária, o acompanhamento da manutenção e operação realizada pela CBTU e o reconhecimento de todas as estações, subestações, instalações e sistemas, avaliando as condições existentes para manutenção;
- d. Monitoramento, com prazo máximo de 60 (sessenta) dias, é a fase que antecede o Período de Operação Assistida, e visa garantir a assunção gradual e monitorada da operação e manutenção dos Serviços pela Concessionária. Durante esse período, os empregados indicados pela Concessionária para os treinamentos técnicos passarão a exercer gradualmente as atividades envolvidas na manutenção, operação e segurança da Rede Metroferroviária, conforme orientada pela CBTU, sendo sempre acompanhada e monitorada pelos funcionários da CBTU e sob responsabilidade desta, até o início do Período de Operação Assistida;
- e. Prática Operacional Supervisionada, a partir da emissão da Ordem de Assunção e até, no máximo, o fim do Período de Operação Assistida, em que a Concessionária deverá realizar a ocupação dos postos operacionais, em todas as estações, no CCO, nos postos do tráfego, bases de manutenção e da segurança pública operacional. Nesse período, as atividades deverão ser desenvolvidas diretamente pelos empregados da Concessionária, com apoio dos quadros capacitados nas etapas anteriores e supervisão de funcionários indicados pela CBTU.

Para as etapas de Treinamento Técnico, operacional e de manutenção, deverão ser atendidas as cargas horárias mínimas abaixo indicadas:

Tabela 5-1 – Treinamento Técnico

ITENS	SISTEMA	DIAS ÚTEIS
Treinamento Técnico Operacional		
1	Sistemas Auxiliares	10
2	Sistemas de Alimentação Elétrica	12
3	Via Permanente	15
4	Sistema de Sinalização	45
5	Sistema de Controle Centralizado (CCO)	60 + 30 ¹
6	Material Rodante (maquinista)	80 + 30 ¹
7	Sistema de Bilhetagem Eletrônica	6
8	Atendimento	3

¹ Prática de Condução Supervisionada

9	Segurança Pública	40
---	-------------------	----

ITENS	SISTEMA	CARGA HORÁRIA
Treinamento Técnico de Manutenção		
1	SCAP (Bloqueios) e SC	40
2	Telecomunicações	80
3	Sinalização	80
4	Alta tensão	40
5	Média Tensão	40
6	Subestação e cabines	40
7	Rede Aérea	40
8	Auxiliares (*)	40
9	Material Rodante (Elétrico)	64
10	Material Rodante (VLT Diesel)	64
11	Manutenção Civil	24
12	Via Permanente	80
(*) Iluminação, elevadores, escadas rolantes, bombas, sistema de detecção de incêndio		

6 SUB-ROGAÇÃO EM CONTRATOS ESSENCIAIS

A Concessionária tem a prerrogativa e a faculdade de sub-rogar-se na posição contratual detida pela CBTU nos contratos firmados com terceiros para prestação de serviços essenciais aos Serviços de Transporte Metroferroviários no final da Fase Pré-Operacional, quando assim permitido pelos respectivos instrumentos contratuais ou de comum acordo entre as partes.

Caso, por qualquer motivo, não seja realizada a sub-rogação da posição contratual da CBTU à Concessionária até o final da Fase Pré-Operacional, a Concessionária permanecerá responsável pela assunção dos serviços essenciais prestados ao longo da Concessão, podendo prestá-los diretamente ou celebrar contratos com terceiros para tanto, desde que respeitados os termos do Contrato de Concessão e os Parâmetros de Desempenho.

A CBTU envidará os melhores esforços e tomará todas as providências necessárias para viabilizar a sub-rogação de sua posição contratual à Concessionária nos contratos para prestação de serviços essenciais, caso seja assim solicitada.

A Concessionária assumirá a responsabilidade pelos serviços essenciais para a operação dos Serviços de Transporte Metroferroviários, conforme indicados pela CBTU no âmbito do Período Pré-Operacional, compreendendo:

- i. limpeza de edificações e trens;
- ii. vigilância e segurança patrimonial;
- iii. manutenção de instalações e material rodante;
- iv. manutenção de eletroeletrônicos e suporte de informática;
- v. manutenção de equipamentos como elevadores, escadas rolantes e ar-condicionado;
- vi. combustíveis;
- vii. energia;
- viii. serviços de engenharia; e
- ix. outros serviços essenciais eventualmente existentes, que deverão ser indicados pela CBTU.

A partir do término do Período Pré-Operacional, a Concessionária deverá assumir a responsabilidade pelas contas de consumo de água/esgoto, telefone e energia elétrica.

7 DISCIPLINA DA MÃO DE OBRA DA CBTU NO PERÍODO DE OPERAÇÃO ASSISTIDA

Durante o Período Pré-Operacional e Período de Operação Assistida, a CBTU assumirá todos os custos para a realização dos treinamentos, monitoramentos e supervisão realizados pelos seus funcionários, conforme indicados no item 5. Os treinamentos deverão ser realizados por funcionários diretamente envolvidos na operação e manutenção dos Serviços, em qualificação e quantidade compatíveis com as atividades exercidas em cada sistema envolvido na prestação dos Serviços.

Em até 15 (quinze) dias contados da emissão da Ordem de Início pelo Poder Concedente, a CBTU deverá indicar quadro de empregados em número e qualificação compatíveis com as atividades correspondentes a serem realizadas, conforme indicados no item 5, que serão responsáveis pela transmissão dos conhecimentos técnicos acerca da operação e manutenção dos Serviços aos empregados indicados pela Concessionária.

Para a devida realização dos treinamentos, a CBTU deverá considerar a alocação mínima de funcionários abaixo indicada:

Tabela 7-1 – Alocação mínima de funcionários

Cargo	Quantidade de Mão de Obras da CBTU/STU Recife
Analista Técnico - Engenheiro Civil	2
Analista Técnico - Engenheiro de Transportes	1
Analista Técnico - Engenheiro Eletricista	2
Analista Técnico - Engenheiro Eletrônico	9
Analista Técnico - Engenheiro Mecânico	9
Assistente de Manutenção - Operação de Máquinas e Equipamentos	2
Assistente de Manutenção - Sistemas e Equipamentos Metroferroviários	2
Assistente Operacional – Condução	113
Assistente Operacional - Controle de Movimento	5
Assistente Operacional – Manobra	5
Supervisor de CCO	5
Supervisor de Manutenção	12
Supervisor de Tráfego	12
Supervisor Técnico Industrial	5
Técnico Industrial - Edificações e Estradas	6
Técnico Industrial – Eletrotécnica	5
Técnico Industrial – Mecânica	3
TOTAL	198

No caso de contratação de treinamentos adicionais a critério da Concessionária, conforme previsto na Cláusula 3.16, além de eventuais regras de convivência exaradas pelo Comitê de Convivência, deverão ser considerados para fins de negociação a remuneração ordinária recebida pelos funcionários da CBTU na operação cotidiana dos Serviços de Transporte Metroferroviário.

8 RECRUTAMENTO DE PESSOAL PRÓPRIO DA CONCESSIONÁRIA

Até o final do Período de Operação Assistida, a Concessionária poderá, livremente, contratar ou não qualquer parcela dos funcionários da CBTU, desde que em comum acordo com o(s) respectivo(s) funcionário(s).

Os processos de recrutamento da Concessionária deverão ser divulgados para a CBTU e a Agência, assegurando a participação dos quadros da CBTU em igualdade de condições.

Os pré-requisitos de cada seleção devem ser adequados para atendimento dos melhores níveis dos Parâmetros de Desempenho, exigindo integridade e devida experiência para desempenho das funções.